

3

Da modernidade à contemporaneidade: o pai e seu declínio

3.1

O rei está morto

Neste capítulo estaremos traçando algumas linhas mestras da sociedade moderna, bem como da sociedade atual, que consideramos fundamentais para a compreensão dos deslocamentos sofridos pelo lugar da mulher. Nosso objetivo aqui é apresentar alguns aspectos sociológicos que nos parecem fundamentais na compreensão da subjetividade da mulher hoje.

Noções fundamentais para a sociedade contemporânea como individualismo, democracia, livre arbítrio e autodeterminação foram forjadas com a passagem da era feudal para a era moderna. Estas noções serviam para definir o homem inserido num tipo de organização social onde a identidade deixava de ser determinada pela coletividade e pela imanência e passava a ser uma conquista pessoal. Dois dos principais pré-requisitos necessários para que estas mudanças ocorressem foram os ideais de liberdade e igualdade defendidos pela Revolução Francesa. Estaremos vendo neste capítulo em que contexto social estes ideais puderam surgir e se difundir, além de ver também como tudo isso contribuiu para as mudanças relativas ao papel da mulher na sociedade.

O início da modernidade foi caracterizado principalmente como um período de transição, onde os valores contestados ainda se fizeram presentes por bastante tempo. A modernidade foi, antes de tudo, um período de convivência entre os princípios das sociedades tradicionais, que ainda permaneceram em vigor por bastante tempo, e os princípios modernos. Entre os valores tradicionais ainda em vigor na modernidade destacamos a estrutura patriarcal. Se esta não servia

mais para dar conta da organização da sociedade, como na época feudal, ainda se encontrava presente com bastante vigor na família burguesa e era a base para a compreensão do lugar das mulheres na modernidade.

Nos capítulos 1 e 2 vimos como a estrutura patriarcal se fez presente na teoria de Freud e no primeiro Lacan, através da compreensão da feminilidade a partir da lógica fálico-edípica. Chamamos a atenção no capítulo 1 para o fato de que o destino privilegiado pela psicanálise para a mulher, ou seja, a maternidade, estava em conformidade com o que era esperado dela socialmente. No capítulo 2, ressaltamos como as formulações lacanianas dos *Seminários 4 e 5* não se afastam da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina. Neste capítulo estaremos apresentando as características sócio-culturais da modernidade que acreditamos serem a base para o que pôde ser elaborado pela psicanálise sobre a sexualidade feminina. Estaremos trazendo a partir de onde tais características surgiram e como elas evoluíram. Terminaremos expondo como se configura a sociedade atual para, nos capítulos subseqüentes, apresentarmos algumas respostas teóricas da psicanálise para o novo lugar que ocupa a mulher no social.

A era moderna foi inaugurada por uma conjunção de eventos estreitamente relacionados entre si, tais como o advento da ciência, das Revoluções Industrial e Francesa, do surgimento do capitalismo – com a conseqüente derrubada do regime monárquico e ascensão da classe burguesa –, do individualismo e da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esses acontecimentos afetaram toda a estrutura da sociedade tradicional produzindo efeitos em áreas muito diversas da organização social, política, econômica e cultural. Não é nossa intenção aqui fazer uma análise profunda de todas estas mudanças. Pretendemos tratar apenas daquelas que consideramos fundamentais para a compreensão dos deslocamentos sofridos pelo lugar da mulher no social, ou seja, o declínio do patriarcalismo enquanto conseqüência direta da ascensão dos ideais de igualdade e liberdade.

A sociedade feudal tinha como base de sua organização uma estrutura hierárquica que, além de conferir um lugar de exceção aos suseranos, determinava posições estanques aos demais membros da comunidade. Tratava-se de uma sociedade patriarcal, onde a propriedade e o matrimônio eram determinados a

partir da linhagem paterna, assim como o *locus* social do sujeito, que dependia estritamente de sua filiação. A identidade e o *modus vivendi* de cada um eram transmitidos de geração em geração enquanto herança, não dependiam do próprio sujeito, não se tratavam de uma conquista pessoal (Julien, 2000). A partir da criação do Estado Moderno este lugar de exceção passou a ser ocupado pelo rei. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento da burguesia, o modo hierárquico de organização social precisou ser combatido pois, a ascensão econômica conquistada por esta nova classe precisava ser conjugada com poder político e reconhecimento social e isso era inviável numa sociedade organizada hierarquicamente.

Os ideais defendidos pela Revolução Francesa foram, aos poucos, deslocando as relações de um funcionamento hierarquizado, verticalizado, para uma equalização e horizontalização cada vez maiores.

Como afirmou Badinter, a Revolução Francesa anuncia, na morte do rei, a morte de Deus e a do pai (Badinter, 1986), e, nesse sentido, a democracia moderna se apresenta como procura da fraternidade e recusa da paternidade: o parricídio real desloca as relações com o sagrado da verticalidade para a horizontalidade. (...) O tríptico 'submissão, hierarquia e paternidade' deu lugar a outro: 'liberdade, igualdade e fraternidade' (Neri, 2002, p. 14- 15).

A sociedade moderna, procurou, veementemente e em várias frentes, se opor à tradição feudal baseada numa rígida hierarquia que determinava lugares fixos na vida social, além de ser pautada nos cânones religiosos. A moral, a ética, as relações de trabalho e as produções intelectuais no Feudalismo obedeciam estreitamente à hierarquização e aos preceitos religiosos. Foi a convicção do século das Luzes de que as instituições podem ser mudadas por meio da razão, que preparou o terreno para o questionamento dos valores tradicionais, entre eles os que determinavam o caráter inerente dos papéis sexuais e as relações no casamento (Lasch, 1999).

Além do ideário liberal e igualitário, o modelo de cientificidade que colocava em xeque o mundo ordenado a partir dos desígnios divinos e do poder irrestrito dos reis e proclamava a razão como o único balizador das atitudes

humanas, foi fundamental para a horizontalização das relações. Esses dois fatores serviram para assegurar à burguesia, do ponto de vista social e ideológico, os louros colhidos no campo econômico.

O reconhecimento social da classe burguesa só seria alcançado a partir da possibilidade de mobilidade social, pois num regime onde quem nasce servo vai morrer servo, não há lugar para a ascensão da burguesia. A mobilidade social pressupõe uma sociedade que não seja organizada a partir da hierarquia, e para que esta pudesse ser contestada no seio do Estado Moderno, era necessário que os lugares de exceção fossem postos em xeque.

Com o desmoronamento gradual da estrutura hierárquica e com a disseminação das idéias de liberdade e autonomia, vai se consolidando um outro paradigma, o do individualismo, que foi a marca registrada da modernidade e cujo paroxismo podemos considerar como um dos principais ideais da sociedade contemporânea. A noção de indivíduo é indissociável das noções de autodeterminação, responsabilidade pelos próprios atos e liberdade de escolha, enfim, é inseparável dos ideais modernos (Coutinho, 2002). A modernidade, ao mesmo tempo em que foi forjada por esses ideais, ajudou a consolidá-los, por isso falar de modernidade é falar do desenvolvimento do individualismo.

Assim, a idéia do homem como centro do universo, que detém a autonomia do espírito, a liberdade da razão e da vontade, é central na passagem do mundo medieval ao mundo moderno, tornando possível a afirmação do indivíduo como princípio e como valor (Coutinho, 2002, p. 6).

Essa idéia do homem enquanto célula mínima da sociedade, desvinculado de um lugar pré-estabelecido, encarado como um ser autônomo e responsável por sua sorte, não foi consequência de um único movimento no seio da sociedade. Concorreram para isso, no plano das idéias, movimentos diversos, que, apesar de guardarem pontos em comum, abrangiam questões bem diferentes umas das outras. Estamos falando basicamente do Humanismo Renascentista, do Iluminismo e do Protestantismo (Coutinho, 2002; Marcondes, 1997).

O Humanismo Renascentista foi caracterizado por uma valorização do homem e de sua dignidade em contraposição à valorização de sua miséria, como fazia a filosofia medieval (Marcondes, 1997). A crítica da tradição, do saber imanente e da autoridade imposta pelos costumes e pela hierarquia -em favor do que é espontâneo na natureza humana- são idéias fundamentais para o Humanismo e serviram de base para o individualismo. Já o Iluminismo, ao privilegiar a razão científica em detrimento da fé e da moral religiosa, também contribuiu para a afirmação de valores que partiam do próprio indivíduo e não de verdades transcendentais. Por fim, temos a Reforma Protestante, cuja ética enfatizava a responsabilidade do homem diante de suas ações no mundo. Estas eram encaradas como um ato de vontade livre, que prescindia da intervenção de uma autoridade externa e que era indispensável para o alcance da dignidade. Várias idéias defendidas pela Reforma representam, na verdade, ideais capitalistas e foram fundamentais para o pensamento moderno e para o desenvolvimento do individualismo (Coutinho, 2002).

A ascensão dos ideais de liberdade e igualdade vai apontando na direção de um nivelamento que faz tábula rasa das diferenças entre as gerações. A relevância da ascendência, os laços com os ancestrais e, conseqüentemente, com o próprio passado, se tornam mais tênues e até mesmo desnecessários. Como aponta Coutinho (2002), a partir de Tocqueville, um dos efeitos do ideal democrático de igualdade é a separação do homem de seu passado e seu enclausuramento na solidão do auto-engendramento. A solidão causada pelo auto-engendramento, percebida tão precocemente por Tocqueville, é retomada em obras contemporâneas como a de Bauman que, ao discutir essa questão em seu livro *O mal-estar na pós-modernidade* (1997), remete-nos ao que colocou Freud em 1930 sobre a relação inversamente proporcional entre liberdade e segurança. Segundo Freud, quanto mais segurança, menos liberdade e vice-versa. O que ele apontava enquanto causa da neurose moderna era, justamente, o excesso de repressão sexual derivada do muito pouco de liberdade de que dispunha o homem moderno (Freud, 1908a). O que Tocqueville já apontava em 1835, e que Bauman retoma em 1997, é que a liberdade tem como preço o desamparo do homem diante da tarefa de se autofabricar.

Assim, a democracia não só leva cada homem a esquecer-se de seus antepassados, mas também lhe esconde seus descendentes e os separa de seus contemporâneos; sem cessar, ela o traz de volta para si mesmo, ameaçando enclausurá-lo inteiramente na solidão de seu próprio coração (Tocqueville, 1981 [1835], *apud*. Coutinho, 2002).

O ideal de auto-engendramento é fruto de uma nivelação dos lugares que uma sociedade baseada no princípio de igualdade absoluta prega, o que deixa mais camuflado a própria questão do ideal, como se abrir mão de seus antecedentes, de sua história e de seu passado, não se tratassem também de injunções a serem seguidas. Estar submetido a um ideal de liberdade total é também uma forma de submissão a um ideal, não devemos nos esquecer disso, sob pena de tratarmos de forma acrítica a ideologia liberal.

Com a modernidade, veremos o poder da autoridade tornar-se legal e não mais tradicional como na sociedade feudal, e essa mudança traz consigo a questão da legitimidade deste poder – que passa a ser crucial para a sua manutenção. Por isso uma crise de confiança, que abre a cisão entre autoridade e legitimidade, é tão grave. É sobre isso que vai tratar Sennett (1980) num livro dedicado à questão da autoridade. Ele vai extrair, a partir das relações de poder presentes no mundo do trabalho, as consequências dos ataques sofridos pelas figuras de autoridade. O que nos interessa nesta análise de Sennett é pensar nas consequências psíquicas que esses ataques trouxeram para os sujeitos após a modernidade. O exemplo que Sennett dá do “pai patrão” é excelente para falar de como os sujeitos foram lidando, ao longo do tempo, com os frutos do ideário liberal. Este exemplo demonstra, ao mesmo tempo, a precariedade da autoridade e o desconforto causado por toda a insegurança que acompanha tal precariedade. Tratou-se de uma tentativa de lidar com este desconforto que acabou por solapar de vez qualquer esperança de que tal processo pudesse ser reversível, além de ter preparado o terreno para a despersonalização mais ampla das figuras de autoridade no bojo do capitalismo avançado.

Com a descrição do “pai-patrão” Sennett refere-se a uma figura que, através da personalização do poder nas relações de trabalho, tentava unir, numa só

imagem, dois campos que, no mundo moderno, são muito diferentes: família e trabalho. Esta tentativa, no entanto, fracassou porque, entre outras coisas, faltava ao “pai-patrão” requisitos importantes do poder paterno: a preocupação genuína com o bem-estar dos filhos, o desejo sincero de protegê-los e o amor. A descrença e a negativização das figuras de autoridade, provocadas pelo fracasso da figura do “pai-patrão” transformaram-se, então, na palavra de ordem, e ocasionaram mudanças significativas na constituição das subjetividades modernas e na configuração da autoridade, que foi sofrendo um processo de despersonificação. Ao invés de uma figura de autoridade marcada por um “falso” interesse, o que vai se observar é a predominância de uma figura de autoridade marcada por interesse nenhum. Sennett nomeou o representante desta despersonificação do poder de “autoridade da figura autônoma”.

Mas também estamos passando a ver, na sociedade moderna, exatamente como é o poder sem o amparo. O poder também foi transformado numa outra imagem de autoridade, no pólo oposto ao do paternalismo. Em vez do falso interesse, essa nova autoridade não expressa interesse algum pelos outros. Trata-se da autoridade da figura autônoma (Sennett, 2001 [1980], p. 115).

Como pensar, então, a constituição do sujeito a partir da relação deste com essa “autoridade da figura autônoma”? Essa pergunta permanece como o pano de fundo do percurso histórico que estamos fazendo e serve de ponte para a interseção deste com as interrogações atuais da clínica psicanalítica. Entendemos haver uma relação entre o que os sociólogos querem dizer com expressões como “sujeito à deriva” (Bauman, 1998), e “autoridade da figura autônoma” (Sennett, 2001 [1980]) e o que os psicanalistas pretendem pensar a respeito do declínio do pai. Tais expressões denotam a direção em que se está pensando atualmente a constituição subjetiva, que parece ser fruto de uma alteração na relação entre o sujeito e o Outro que indica uma mudança na apresentação desse Outro. A expressão *self-made man* serve para descrever um tipo de sujeito que não conta mais com sólidos referenciais para se constituir. Não há mais um lugar pré-determinado que os pais possam deixar como herança para os seus filhos, até mesmo porque qualquer laço muito consistente com o passado parece não ser visto com bons olhos (Bauman, 1998). Como podemos pensar a constituição subjetiva a

partir de um ideal de auto-engendramento se, enquanto psicanalistas, trabalhamos com uma noção de sujeito que exclui essa possibilidade – uma vez que a partir de Freud, e também de Lacan, não é possível pensar num sujeito completamente autônomo, que possa simplesmente abrir mão, ou ignorar, o que e quem o precedeu? “O sujeito não é a causa de si e sim o efeito daquilo que opera para constituí-lo (...)” (Santos, 2001a, p. 131). Falando da questão específica de que trata este trabalho, ou seja, da sexualidade feminina, como pensá-la a partir de um referencial que não seja fálico-edípico, ou seja, de um referencial que leve em consideração o declínio do pai?

A questão do auto-engendramento é importante para nosso trabalho porque rompe com o lugar de destaque conferido ao pai, e este foi figura fundamental para a compreensão de um determinado modo de tratar a sexualidade. Além disso, o ideal de auto-engendramento materializa de forma radical o ideal de igualdade, o que também implica numa discussão sobre as diferenças sexuais.

Já mencionamos, ainda que de forma geral, os movimentos sociais, políticos e ideológicos que prepararam o terreno para o declínio da autoridade paterna na sociedade moderna. No entanto, ainda restava uma instituição muito importante onde essa autoridade era mantida: a família. A família, num contexto de declínio da hierarquização, passou a constituir o último reduto do poder patriarcal. O Estado Moderno, preocupado em desbancar o poder do patriarca, último remanescente da hierarquia monárquica, mas sem poder interferir diretamente na família, devido às prerrogativas liberais da nova ordem, encontrou na medicina um aliado, o que permitiu o triunfo de um *ethos* terapêutico que funcionou como sustentáculo da nação-estado liberal (Lasch, 1999). Assim, o vó alçado pela burguesia, partindo das sociedades tradicionais hierárquicas com destino à sociedade moderna, onde imperam os ideais libertários, faz escala obrigatória no movimento que ficou conhecido como medicina higienista.

Para conseguir o poder econômico e a legitimação social que pretendia, a burguesia precisava realizar uma manobra de duplo alcance. Por um lado, era necessário libertar a sociedade da vontade absoluta dos reis pois precisava de homens livres para produzir e consumir, por outro lado, precisava encontrar um modo para que estes “homens livres” pudessem ser controlados. Como havia, no

início da era moderna, toda uma tendência a banir o poder que legitimava o controle exercido pelo monarca, a forma de exercer o poder deveria assumir uma outra roupagem, e é aí que entra a medicina higienista (Foucault, 1975, Donzelot, 1980).

3.2

A medicina higienista: xeque-mate ao patriarcalismo

Tratemos agora, mais especificamente, do movimento higienista, que surgiu no bojo da modernidade e que foi um sucedâneo do declínio da autoridade paterna, ao mesmo tempo em que ajudou a consolidá-lo.

Foucault dedica-se à dissecação da nova roupagem do poder em *Vigiar e punir* (1975), onde ele registra uma profunda mudança na economia da visibilidade do poder. O poder tipicamente moderno passou a ser exercido através da disciplina e não da punição violenta e de castigos físicos, como acontecia no feudalismo. Tratava-se de um poder efetivo que, no entanto, não esbarrava acintosamente nas liberdades individuais, pois o Estado não possuía mais legitimidade para exercê-lo de forma explícita, como nos moldes tradicionais. Daí a parceria com a ciência através da medicina higienista. O higienismo possibilitou a entrada de médicos e diversos outros especialistas no seio da família com o fim explícito de assegurar a boa educação dos filhos, já que os pais iam, aos poucos, deixando de ser considerados capazes de fazê-lo (Donzelot, 1980).

A disjunção entre o Estado e a família, que fez desta uma célula autônoma da sociedade, levou à necessidade de criar estratégias para que o indivíduo não saísse completamente do controle do Estado. A partir da idéia de que o homem não nasce pronto e acabado, processos que garantam uma boa formação passam a ser considerados fundamentais. Num primeiro momento, tal tarefa ficava a encargo da família, mais especificamente, do pai de família. Foi com o objetivo de limitar o poder do patriarca, bem como de ter um controle mais rígido sobre os indivíduos, que a família foi tomada como o objeto de atenção de médicos, pedagogos,

psicólogos, assistentes sociais, etc. Ela passou a desempenhar o papel de “canal capilar” do sistema societário mediante vigilância (Foucault, 1990 [1976]). A constituição desse papel para a família demandou uma ação social coordenada e maciça, amparada em códigos legais e intensa propaganda dos novos padrões. A medicina higienista, e toda a ideologia que estava por trás dela, contribuíram, desta forma, para deteriorar ainda mais a autoridade do pai.

Com o papel social do pai bastante reduzido, os casamentos passam também por um redirecionamento. Eles deixam de consistir num sistema de troca entre as famílias, de inteira responsabilidade do patriarca e vão prescindindo gradativamente do poder deste, passando a depender cada vez mais do desejo dos próprios noivos (Costa, 1979). Com o tempo, os casamentos deixam de ser a base das trocas sociais e passam a dizer respeito apenas ao casal. Nasce, assim, um modelo de conjugalidade até então inexistente. A figura do patriarca como aquele que funda a sociedade política pautada nas leis de parentesco vai sendo colocada em xeque (Julien, 1997). A responsabilidade pelos percalços do matrimônio recai sobre os indivíduos, o que modifica bastante as relações entre os cônjuges. A base dos casamentos deixa de ser as razões econômicas e sociais e passa a contar exclusivamente com os laços emocionais que unem o casal:

Efetivamente, pela primeira vez, entre um homem e uma mulher se teria, enfim, tornado possível um encontro desembaraçado de toda consideração social e política; a cada um só importaria o outro enquanto tal: ele, porque é ele – ela, porque é ela (Julien, 1997, p. 9).

É importante observar o papel da psicanálise nesse processo, pois ela fez parte dos saberes que invadiram os lares modernos e ajudaram a consolidar o declínio da figura paterna ao mesmo tempo em que concedeu à figura do pai um papel central em suas elaborações teóricas (Santos, 2001a). O papel do pai, à época das elaborações de Freud, já se encontrava bastante reduzido no seio da sociedade, esta não se organizava mais a partir da figura forte do pai e sim a partir de um ideal igualitário. A teoria freudiana sobre o pai reflete este estado de coisas ao conferir o lugar de pai todo poderoso a um morto - o pai primevo de *Totem e tabu* (1913). O que esse mito caracteriza muito bem é uma sociedade em que o pai

só pode ocupar o lugar de exceção enquanto morto, tratando-se, portanto, de um enaltecimento do pai que já denuncia sua decadência (Garcia, 2003).

Com o incremento da sociedade moderna, o pai continuará perdendo o seu poder. Depois de não mais decidir sobre o casamento dos filhos, ele vai perder, para a mulher, amparada pela medicina higienista, sua autoridade em relação à educação destes: “No século XIX, professa-se que o bem-estar familiar depende da maravilha deste ‘ninho’ que constituem o corpo e o coração da mãe (...)” (Julien, 2000, p. 15). É nesse ponto que se encontra a importância da medicina higienista para os deslocamentos sofridos pelo lugar da mulher a partir da modernidade. É justamente a partir do objetivo de desbancar o poder paterno, que o higienismo vai operar mudanças significativas no modo como a mulher era encarada, afinal de contas, o papel de educadora dos “filhos da nação” não é compatível com um lugar desvalorizado (Costa, 1979; Nunes, 2000).

O que Foucault (1976) não nos deixa esquecer é que tudo isso fazia parte de uma estratégia maior, chamada por ele de biopoder, que consistia em fazer, por parte do Estado, uma aliança com a mulher e os filhos para enfraquecer ainda mais o poder do pai, e possibilitar a penetração do Estado no último reduto do poder monárquico, a autoridade do pai de família. É justamente aí que entra a intervenção da medicina higienista.

O poder deste terceiro social, representado pela medicina higienista, com forte penetração na família, contribuiu decisivamente para enfraquecer ainda mais a autoridade paterna e teve como consequência mudar o modo como as mulheres eram vistas socialmente. Até então, elas não eram consideradas capazes sequer de tomar conta adequadamente da própria prole, pois eram dotadas de sentimentos “maléficos e desregrados” (Nunes, 2000). Como delegar tamanha responsabilidade a um ser tão desqualificado? É nesse contexto que passa-se a investir na educação feminina e na construção de uma imagem positiva da mulher. A relação mãe/criança, encarada a partir da modernidade como a mais natural e a mais nobre dentre todas as relações humanas, teve aí os primeiros passos de sua construção.

Como já colocamos, a constituição da ordem familiar burguesa era pautada na premissa de que o ser humano não nasce pronto e acabado, por isso tornou-se necessário dispensar cuidados com a constituição física e moral das crianças. Foi nesse contexto, que a medicina investiu na importância da relação entre mãe e filho (Donzelot, 1980). A mãe passa a ser encarada como aquela que, entre todos, é a mais indicada para levar a cabo a importantíssima tarefa de educar os filhos:

(...) essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. (...) nasceu, portanto de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, «colonização» da mulher pelo poder médico (Costa, 1999 [1979], p. 255).

A “reciclagem” do papel da mulher foi ancorada no tratamento das diferenças sexuais a partir de argumentos naturalistas e biologizantes. O corpo feminino passa a ter como destino exclusivo a maternidade, desta forma, fica garantido o apagamento de qualquer outra possibilidade de satisfação sexual para a mulher que não passe pela maternidade. A mulher deixa de ser inferior e imperfeita e passa a ser dotada de características físicas e morais perfeitamente condizentes com a função específica de seu sexo, ou seja, a maternidade (Nunes, 2002).

É a partir dessa lógica que o aparato médico-pedagógico procura manter a mulher confinada ao espaço doméstico. Esse lugar privilegiado da mãe junto ao filho foi, justamente, o que serviu de argumento para confinar a mulher à função materna, ao lar e ao casamento. Como já foi trazido no Capítulo 1, a teoria freudiana mostrou-se em conformidade com estas relações estabelecidas entre sexualidade feminina e maternidade.

Entretanto, uma questão se colocava: numa sociedade como a moderna, balizada pelos ideais de igualdade e liberdade, como justificar a exclusão da mulher da vida pública e sua submissão ao marido? Com o abalo sofrido pela sociedade fundada na hierarquia, o modelo de feminilidade que pregava a inferioridade da mulher em relação ao homem, teve que ser revisto. Existia uma preocupação em estabelecer papéis sociais distintos para homens e mulheres que, no entanto, não entrassem em contradição com os ideais igualitários da sociedade

liberal. Passou-se a preconizar uma essência feminina não mais inferior à do homem e sim complementar à dele. Se o homem é mais racional, em contrapartida, a mulher é mais emocional; se ele tem todos os direitos e deveres de um cidadão, a vocação da mulher para as emoções e para o afeto turva seu juízo crítico tornando, assim, justificada sua exclusão da vida pública.

Mas, se esta revisão do modelo de feminilidade teve como consequência relegar a mulher ao domínio do lar, através da valorização da relação mãe/criança, por outro lado, é a partir dessa valorização que a mulher passa a adquirir um novo estatuto social. Quem chama a atenção para a positivação do movimento higienista e do culto à domesticidade na trajetória da emancipação feminina é Lasch.

Geralmente mal interpretado hoje em dia como uma idéia reacionária, criada para manter as mulheres dentro de casa, o culto à domesticidade desenvolveu idéias feministas em mulheres que não se viam como feministas. Aliás, pode-se argumentar que o feminismo só se tornou uma força importante quando passou a dominar a linguagem da vida doméstica (...) (Lasch, 1999 [1997], p. 100).

Essa ressalva feita por Lasch é importante para entendermos como o higienismo e o culto à domesticidade, de um certo modo, podem ser considerados os precursores do feminismo. A posição de destaque conferida à mulher no interior de vida doméstica, por mais que tenha tido um efeito inicial de excluí-la da vida pública, serviu de solo para as conquistas que se seguiram, uma vez que a valorização do papel de mãe acabou por trazer vantagens para a mulher. Se esta era a responsável pela educação dos “filhos da nação”, ou seja, se tinha requisitos para ocupar uma função tão importante, podia também contribuir com a nação de outras maneiras. A responsabilidade para educar adequadamente os filhos implicava uma valorização do lugar da mulher sem precedentes até então, e foi a partir daí que ela foi, gradativamente, ganhando o espaço público.

3.3

O movimento feminista

Visto em perspectiva, o feminismo integra o longo processo de mudança que acompanhou a modernidade e que envolveu a emancipação dos indivíduos das formas tradicionais da vida social. A recusa da modernidade em conferir à tradição um poder normatizador das relações sociais uniu o feminismo às promessas de reconstrução da modernidade (Sorj, 1992). Estas promessas diziam respeito, principalmente, à equalização dos papéis sociais entre os sexos e foram sendo gradativamente consolidadas no final do século XIX, com a conquista pelas mulheres de direitos civis (eleitorais, trabalhistas, etc.), direito à educação, a decidir quantos filhos quer ter e quando, além de criá-los em pé de igualdade com o pai.

A mobilização pelos direitos da mulher começa com a premissa de igualdade entre homens e mulheres sob todos os pontos de vista, mas, principalmente sob o da cidadania e dos direitos civis. E segundo Lasch (1997), foi a partir da luta pelo sufrágio universal, na segunda década do século XX, que as discussões sobre a submissão feminina e a igualdade entre os sexos tomaram maior consistência e, desde então, foram preparando o terreno para a revolução sexual da década de 60.

Apesar de já se ter notícias de movimentos de mulheres em busca de condições mais justas desde a Revolução Francesa, tais movimentos não tiveram consequências mais profundas no que diz respeito a ganhos concretos para as mulheres, quer seja no terreno social, político ou ideológico. A explicação para que, num momento de tantas mudanças e revoluções, as reivindicações femininas não tenham tido maiores repercussões é a de que foi necessário um longo caminho, percorrido nos séculos XIX e XX, no sentido do enfraquecimento da figura de autoridade centrada no pai e da consolidação dos ideais liberais, até que a igualdade entre os sexos pudesse avançar.

A crítica feminista contra a divisão do trabalho, que confinava a mulher em casa, era também uma crítica ao “culto da domesticidade”. Todas as sociedades distinguem o trabalho feminino do trabalho masculino, mas só recentemente é que o “lugar da mulher” foi definido de maneira a excluí-la da participação do trabalho fora de casa. Antes da separação radical entre a vida doméstica e o mundo do trabalho, ocorrida durante a modernidade, a mulher tinha sempre algum tipo de vínculo com as atividades produtivas da família e, conseqüentemente, da comunidade (Lasch, 1997).

O declínio do trabalho artesanal, caracterizado pela produção doméstica, e o incremento do trabalho assalariado, aliados aos ideais individualistas, tornaram possível – e até necessário – conceber a família como um lugar de recolhimento afastado do mundo exterior cada vez mais impessoal. O “culto da domesticidade”, como ficou conhecida essa valorização do espaço privado da casa, tinha como um de seus sustentáculos a glorificação da maternidade, o que mantinha a mulher ainda mais no registro privado da vida no lar. Entretanto, como afirma Lasch:

(...) a retórica da maternidade e da vida doméstica não pode ser entendida como a descrição completa da vida das mulheres no século XIX e início do século XX. Pelo contrário, donas-de-casa e mulheres solteiras participavam de várias atividades que as faziam sair de casa (Lasch, 1999 [1997], p. 115).

Essas atividades envolviam associações beneficentes que atuavam junto a vários movimentos e que agitavam a sociedade: ligas anti-alcoólicas, movimentos contra a escravidão (no caso específico dos Estados Unidos), luta pela libertação das mulheres, pela abolição do trabalho infantil, criação de tribunais juvenis, discussão de leis de controle farmacêutico e alimentar, etc. Além disso, o trabalho como voluntárias sustentava uma vasta gama de serviços públicos como bibliotecas, hospitais e creches. Entretanto, como não se tratavam de atividades remuneradas, não eram consideradas um trabalho. O auge dessas atividades foi alcançado na segunda década do século XX, com a fase final da campanha pelo direito de voto para as mulheres.

Com o tempo, principalmente com o fim da Segunda Guerra e a necessidade de empregar os homens que dela voltavam, essas atividades transformaram-se em trabalho remunerado. Não era possível para as mulheres, nesse momento, competir em pé de igualdade com os homens, até porque não existiam ainda redes de serviços como as creches, por exemplo, para dividir com elas a criação dos filhos. Desta forma as mulheres se recolheram novamente ao lar, uma vez que, um trabalho remunerado exigia um grau de comprometimento incompatível com as atividades domésticas.

Essa situação durou até mais ou menos a década de 60, quando se iniciou o movimento feminista propriamente dito. Um marco importante do início deste movimento foi a publicação do livro *A mística feminina* de Betty Friedan (1963). Neste livro, a autora faz duras críticas ao aprisionamento da mulher ao lar e ao papel de mãe e esposa. Seus pensamentos tiveram grande impacto na sociedade e a partir daí passou a haver uma idealização cada vez maior, por parte das mulheres, da posição social ocupada pelos homens. A carreira profissional foi extremamente valorizada pelas mulheres, pois, do ponto de vista de quem se encontrava no “confortável campo de concentração que é o lar” (Friedan, 1963), o mundo competitivo do trabalho era visto como fascinante. Deste modo, fica claro que era o mundo masculino o modelo adotado como ideal de felicidade.

Assim, as mulheres começaram a reivindicar acesso ao trabalho extradoméstico, reservado apenas aos homens. Segundo as feministas, as mulheres nunca seriam livres até que pudessem competir com os homens, de igual para igual, no mercado de trabalho. Nesse ponto, a atenção dispensada às questões referentes à maternidade e à criação dos filhos foi absolutamente necessária para que tal objetivo pudesse ser viável. A disponibilidade de creches, a descoberta da pílula anticoncepcional, as lutas pela legalização do aborto – dando às mulheres um controle maior sobre o seu próprio corpo – eram condições elementares para a eliminação dos obstáculos à assimilação da mulher ao mundo do trabalho.

Nesse primeiro momento a equiparação entre homens e mulheres era a palavra de ordem do movimento feminista e os homens eram tomados como ideal (Lasch, 1997 e Oliveira, 1991). Elas almejavam ser iguais a eles, usufruindo da mesma liberdade sexual da qual eles se privilegiavam, e para atingir seus objetivos

derrubaram vários tabus, como por exemplo, o da virgindade, o da maternidade compulsória e o da dupla moral, que legitimava a traição masculina.

Nesse campo da realidade, posto cada vez mais sob o signo do unissex pela evolução das mentalidades, dos costumes, dos hábitos e dos grupos sociais, as mulheres, cujos gozos foram durante tanto tempo confinados pelo efeito do discurso dominante ao perímetro da casa – aí incluindo esposo e filho – viram se abrirem todas as portas da competição fálica (Soler, 1998, p.202-203).

Entretanto, a defesa de uma igualdade incondicional e absoluta entre homens e mulheres, deixava excluídas as características próprias ao sexo feminino, como se fosse necessária uma anulação destas para que a mulher tivesse seus direitos respeitados, por isso essa igualdade plena passou a ser criticada num segundo momento do movimento feminista. Este segundo momento corresponde a um movimento mais amplo no seio da sociedade onde o ideal de liberdade, aliado ao desenvolvimento do individualismo, acabou por deslocar o desejo de ser igual para desejo de ser único e singular (Oliveira, 1997).

Alguns princípios importantes da modernidade precisavam ser revistos para que as idéias do feminismo pudessem vir a se desenvolver. Estamos nos referindo à ênfase dada pela modernidade ao racionalismo e ao universalismo, que legitimou a ilusão de uma história humana universal e imparcial. A idéia - surgida no seio das ciências sociais - de que o conhecimento, mesmo o científico, não passa de uma interpretação possível da realidade, que pode variar conforme a cultura e a época é consequência direta do processo de modernização que vimos demonstrando, e balança a estrutura das verdades universais e atemporais, fazendo surgir um campo de pesquisa muito mais permeável às diferenças históricas, sociais e culturais do objeto de estudo em questão (Marcondes, 1992).

De um modo geral, todo o campo de produção de saberes é redimensionado a partir desta relativização da verdade, inclusive as pesquisas feministas sobre gênero, que afirmam que a mulher sempre foi explorada ao longo da história da humanidade. Este conceito de gênero é muito caro ao movimento feminista por se tratar do conceito central que unifica o conjunto dos estudos

sociológicos e antropológicos ligados a este tema. Por isso, antes de partimos para uma contextualização do que seria o estudo de gênero no âmbito das ciências sociais, julgamos importante trazer uma definição desta categoria:

(...) a categoria de gênero envolve, pelo menos, duas dimensões. A primeira compreende a idéia que o equipamento biológico inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social (Sorj, 1992, p.15-16).

A definição de Sorj traz à cena a discussão de duas questões: a primeira diz respeito à caracterização dos papéis femininos e masculinos pautada na natureza e na biologia e a segunda refere-se ao lugar subalterno destinado à mulher ao longo da história. Lasch (1997) faz uma crítica a essa utilização universalista do conceito de gênero, como se fosse possível falar dele em qualquer época e sociedade humanas. Extraíndo as devidas consequências da idéia de que não existe uma verdade última e universal, ele coloca que o movimento feminista, que muito se utilizou de tal prerrogativa para derrubar antigos tabus e preconceitos, também cai no equívoco de tratar a condição das mulheres em diferentes tempos e diferentes culturas a partir de uma mesma categoria: a submissão. O método da relativização das verdades, a partir do contexto histórico em que elas surgiram, submete também as verdades feministas sobre a submissão das mulheres.

Os estudos de gênero falseiam o passado ao imputarem aos nossos predecessores a nossa própria confusão em relação a tais assuntos. O problema dos estudos históricos é estabelecer quando, onde e porque razões o gênero se tornou um problema. Fazer disso o tema central da história pode criar a impressão de que sempre foi um problema (Lasch, 1999 [1997], p. 168).

O que aos olhos dos pesquisadores contemporâneos parece submissão, injustiça e preconceito, pode, na verdade, ter tido valor bem diverso de acordo com a cultura e a época. O discurso feminista baseado na lógica opressor X oprimido,

que tinha como consequência uma idealização do lugar do opressor, ou seja, o lugar do homem, é, no segundo momento do feminismo, abandonado por se fundar num saber universal tanto quanto o saber ligado à exclusão feminina. As mulheres, então, passam a almejar serem “elas mesmas” (Santos, 2001). O desejo de “ser si mesma” admite a convivência de particularidades que não se balizam em nenhuma medida comum além daquela que demanda a própria particularidade, ao contrário da equalização entre os sexos, que se funda em universais. É nesse contexto sócio-cultural, que vemos emergir no campo da psicanálise lacaniana a elaboração do conceito de objeto *a*, que se caracteriza, justamente, pela valorização do particular em detrimento do universal fálico. Estaremos tratando disto no próximo capítulo.

Essas duas fases do movimento feminista podem ser pensadas como um deslocamento lógico feito em dois momentos. Um primeiro em que, para combater a idéia da inferioridade da mulher em relação ao homem, foi tomado como parâmetro o modelo já existente, ou seja, o modelo masculino. Esse ideal de igualdade, numa análise posterior, é qualificado como um equívoco, uma caricatura que “já nasceu torta” (Oliveira, 1999 [1991]).

A relação entre os sexos, que sempre se baseara na falácia da inferioridade das mulheres em relação aos homens, passou, então, a basear-se no equívoco da igualdade (Oliveira, 1999 [1991], p. 55).

Esse “equívoco” serviu, entre outras coisas, para demonstrar como a idéia da superioridade masculina estava enraizada no imaginário tanto de homens quanto de mulheres. A exigência de igualdade/equivalência entre os sexos, tendo como base padrões masculinos, chegou, segundo Oliveira, ao “gigantesco mal-entendido” que levou as mulheres a tentar valorizar suas experiências, sua vida no mundo privado do lar, “pelo salário, ou seja, recorrendo ao critério de valor vigente no mundo dos homens como o único possível” (Oliveira, 1999 [1991], p. 101). Ao invés disso, segundo a autora, o melhor seria convencer os homens da importância do mundo privado do lar e das atividades aí desenvolvidas.

No entanto, é preciso levar em consideração que só é possível pensar no momento inicial do feminismo como equivocado *a posteriori*, pois estamos

falando de uma época em que o que era valorizado eram padrões do mundo masculino. Não dependia da “vontade” da mulher ou do homem, ou de um acordo entre ambos, fazer com que as atividades domésticas fossem valorizadas, elas precisavam ser valorizadas socialmente. Hoje em dia é possível falar em “elogio da diferença”, porque é esse o ideal social ao qual estamos submetidos – feminização da cultura.

Num segundo momento já foi possível abrir mão do modelo masculino e almejar a valorização da mulher pelo que ela tem de diferente em relação ao homem. Não é à toa a semelhança com o movimento mais amplo da sociedade que, num primeiro momento, se apoiou num enunciado universal de igualdade, para combater o lugar de exceção no qual se colocava o monarca, para depois estabelecer um questionamento desse enunciado através da valorização do que é particular. Esse segundo tempo do feminismo teve como proposta “feminizar o mundo” a partir da valorização de características femininas como a ênfase no relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado com o outro, a valorização da intimidade e do afetivo (Oliveira, 1999 [1991]).

A mudança na rota inicial do feminismo, que representou os dois momentos desse movimento, resultou em modos diferentes de as mulheres vivenciarem estas mudanças. Passada a fase inicial da luta pela emancipação, as mulheres começaram a se perguntar angustiadas sobre o preço a ser pago pela demanda de igualdade. Essas angústias se encontram documentadas em textos, como os dos *Documents IDAC* (1975), que são verdadeiros desabafos. Falam da convivência entre gerações que viveram realidades muito diferentes quanto às questões femininas, gerações que parecem separadas por séculos e não por décadas. São mulheres que se deparam com as diferenças entre a vida de suas avós, “que parecem mais próximas da Idade Média” (*Documents IDAC*, 1975), que delas e que, no entanto, as educaram e estão vivas nelas. A convivência com ideais tão conflitantes como as de uma vida sem liberdade, mas com segurança e as de uma vida livre, mas cheia de riscos, levou as mulheres, em determinados momentos, a um sentimento de nostalgia.

O que está acontecendo conosco, mulheres de trinta anos, que olhamos para essa foto [da avó] e encontramos nela um gosto retrô e que nos perguntamos 'o que eu tenho com isso? Quanto de tudo isso sobrevive em mim, quanto já se foi para sempre?' Vivemos um tempo de dúvidas. (...) Angústia da segurança perdida, incerteza sobre *um mundo* novo a inventar, *que começa em nós mesmas*, sem modelo e sem referência, a menos que esta seja negativa (Grifo nosso. *Documents IDAC n° 10, apud. Oliveira, 1999 [1991], p. 57*).

O depoimento acima é de uma mulher que viveu a revolução sexual e que, como ela mesma diz, teve que lidar com ideais muito diferentes e contraditórios: herança de uma vida segura, porém sem liberdade alguma e incertezas de uma vida livre. Eram esses os conflitos da geração de mulheres que fez e viveu a revolução sexual da década de 60. Hoje em dia o que se nota não é propriamente da ordem de um conflito entre os ideais maternos e os profissionais. As mulheres da geração que sucedeu a da década de 60, se por um lado se queixam da solidão, no terreno afetivo, por outro lado, encontram no social um terreno mais fértil de possibilidades e de saídas para seus impasses. Numa sociedade onde se paga o preço das incertezas que a liberdade traz consigo, o leque de identificações legítimas, por outro lado, aumenta as possibilidades de se lidar com as angústias.

A pergunta que norteou, de fato, a nossa pesquisa refere-se à geração que sucedeu as mulheres da década de 60, diz respeito a uma época em que as conquistas femininas já estão mais consolidadas e que a guerra entre os sexos parece ter cedido lugar a uma “confusão de línguas” que evidencia não haver redenção possível quanto à comunhão entre os sexos. O que a teoria psicanalítica procurou responder com relação à feminilidade, depois de Freud, foi como pensá-la sem tomar como base unicamente o ideal falocêntrico. Num mundo onde o que é valorizado é o ideal de “ser si mesma”, o feminino será pensado, pela psicanálise, a partir do objeto *a* e do conceito de *feminilidade*, por exemplo. Ou ainda, num mundo onde o desamparo fundamental do ser humano, já descrito por Freud (1900) no início de suas elaborações, parece ser levado ao seu limite máximo, com a exacerbação dos ideais libertários, a elaboração de conceitos como o de não-todo, que atesta a inconsistência do Outro, e de *feminilidade*, que remete ao desamparo enquanto a base do psiquismo tanto de mulheres quanto de homens, podem ser saídas teóricas encontradas para o tratamento das subjetividades contemporâneas.

Veremos respectivamente nos capítulos 4 e 5 as elaborações dos conceitos de objeto *a* e *feminilidade*.